

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – PORTARIAS

2 – ATA

2.1 – 28ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a homenagear os parlamentares da 11ª Legislatura – 1987-1991 – pela comemoração dos 30 anos da promulgação da Constituição do Estado de Minas Gerais

3 – ORDENS DO DIA

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

4.1 – Comissões

5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 – PRONUNCIAMENTOS

7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 – ERRATA



PORTARIAS

PORTARIA DGE Nº 33/2019

Divulga os componentes da comissão organizadora a que se refere o item 7.1 do Edital nº 3, de 12 de setembro de 2019, no âmbito do Programa Assembleia Cultural – Projeto Mineiranças – Artesanato.

O diretor-geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial da prevista no inciso IX do *caput* do art. 63 da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985;

considerando o previsto no inciso I do *caput* do art. 8º da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 9 de outubro de 2017, que estabelece a composição de comissão organizadora por três representantes da Assembleia Legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º – A comissão organizadora para o Projeto Mineiranças – Artesanato, conforme o Edital nº 3, de 12 de setembro de 2019, será composta pelos seguintes servidores:

I – Guilherme Niffinegger Chartone de Souza, Matrícula nº 17.438/6;

II – Kenia Cristina Fernandes Freire, Matrícula nº 18.218/4; e

III – Renato de Mello Vieira, Matrícula nº 19.668/1.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o encerramento do respectivo processo de seleção pública.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PORTARIA DGE Nº 34/2019

Divulga os componentes da comissão organizadora a que se refere o item 8.1 do Edital nº 4, de 12 de setembro de 2019, no âmbito do Programa Assembleia Cultural – Projeto Ocupações Artísticas – Galeria de Arte.

O diretor-geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial da prevista no inciso IX do *caput* do art. 63 da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985;

considerando o previsto no inciso I do *caput* do art. 8º da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 9 de outubro de 2017, que estabelece a composição de comissão organizadora por três representantes da Assembleia Legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º – A comissão organizadora para o Projeto Ocupações – Galeria de Arte, conforme o Edital nº 4, de 12 de setembro de 2019, será composta pelos seguintes servidores:

I – Graciane Fraga da Silva, Matrícula nº 14.938/1;

II – Kenia Cristina Fernandes Freire, Matrícula nº 18.218/4; e

III – Renato de Mello Vieira, Matrícula nº 19.668/1.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o encerramento do respectivo processo de seleção pública.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PORTARIA DGE Nº 35/2019

Divulga os componentes da comissão organizadora a que se refere o item 6.1 do Edital nº 5, de 12 de setembro de 2019, no âmbito do Programa Assembleia Cultural – Projeto Segunda Musical.

O diretor-geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial da prevista no inciso IX do *caput* do art. 63 da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985;

considerando o previsto no inciso I do *caput* do art. 8º da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 9 de outubro de 2017, que estabelece a composição de comissão organizadora por três representantes da Assembleia Legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º – A comissão organizadora para o Projeto Segunda Musical, conforme o Edital nº 5, de 12 de setembro de 2019, será composta pelos seguintes servidores:

I – Antonio Carlos Vieira Magalhães, Matrícula nº 5.561/1;

II – Graciane Fraga da Silva, Matrícula nº 14.938/1; e

III – Ricardo Martins Rabelo, Matrícula nº 4.062/2.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o encerramento do respectivo processo de seleção pública.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PORTARIA DGE Nº 36/2019

Divulga os componentes da comissão organizadora a que se refere o item 8.1 do Edital nº 6, de 12 de setembro de 2019, no âmbito do Programa Assembleia Cultural – Projeto Ocupações – Teatro.

O diretor-geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial da prevista no inciso IX do *caput* do art. 63 da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985;

considerando o previsto no inciso I do *caput* do art. 8º da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 9 de outubro de 2017, que estabelece a composição de comissão organizadora por três representantes da Assembleia Legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º – A comissão organizadora para o Projeto Ocupações – Teatro, conforme o Edital nº 6, de 12 de setembro de 2019, será composta pelos seguintes servidores:

I – Cláudia Abreu Lima Bento de Vasconcellos Mello, Matrícula nº 5.661/8;

II – Edivaldo Cândido de Souza, Matrícula nº 5.497/6; e

III – Graciane Fraga da Silva, Matrícula nº 14.938/1.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o encerramento do respectivo processo de seleção pública.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PORTARIA DGE Nº 37/2019

Divulga os componentes da comissão organizadora a que se refere o item 8.1 do Edital nº 7, de 12 de setembro de 2019, no âmbito do Programa Assembleia Cultural – Projeto Zás.

O diretor-geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial da prevista no inciso IX do *caput* do art. 63 da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985;

considerando o previsto no inciso I do *caput* do art. 8º da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 9 de outubro de 2017, que estabelece a composição de comissão organizadora por três representantes da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

RESOLVE:

Art. 1º – A comissão organizadora para o Projeto Zás, conforme o Edital nº 7, de 12 de setembro de 2019, será composta pelos seguintes servidores:

I – Carla Pinto Godoy, Matrícula nº 5.152/7;

II – Gabriela Marota Vidigal, Matrícula nº 20.546/0; e

III – Guilherme Niffenegger Chartone de Souza, Matrícula nº 17.438/6.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o encerramento do respectivo processo de seleção pública.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ATA****ATA DA 28ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/9/2019****Presidência do Deputado Agostinho Patrus**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Antonio Carlos Arantes – Exibição de Vídeo – Entrega de Placas – Palavras do Sr. Bonifácio Mourão – Palavras do Sr. Romeu Queiroz – Palavras do Sr. Nelson Missias de Moraes – Palavras do Governador do Estado – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Tadeu Martins Leite – Bartô – Beatriz Cerqueira – Braulio Braz – Celise Laviola – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Gustavo Mitre – Professor Irineu – Roberto Andrade.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 20h7min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear os parlamentares da 11ª Legislatura – 1987-1991 – pela comemoração dos 30 anos da promulgação da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Romeu Zema, governador do Estado; desembargador Nelson Missias de Moraes, presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Bonifácio Mourão, orador e relator da Constituinte em 1989; Antônio Sérgio Tonet, procurador-geral de Justiça do Estado; e Gério Patrocínio Soares, defensor público-geral do Estado; a Exma Sra. Professora Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, representando o Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais; e os Exmos. Srs. Romeu Queiroz, constituinte em 1989 e ex-presidente da Assembleia Legislativa, representando os ex-presidentes desta Casa; e deputado Antonio Carlos Arantes, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, nesta solenidade, dos Exmos. Srs. Durval Ângelo, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; e Marcelo Bueno, juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, representando o presidente, desembargador Rogério Medeiros.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo tenor Heitor Pereira.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre os 30 anos da Constituição Estadual, produzido pela TV Assembleia.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Antonio Carlos Arantes

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus; Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargador Nelson Missias de Moraes; Exmo. Sr. orador e relator da Constituinte em 1989, Deputado Bonifácio Mourão; Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Dr. Antônio Sérgio Tonet; Exmo. Sr. Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares; Exma. Sra. Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, professora Sandra Regina Goulart Almeida, representante do Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Constituinte de 1989, Ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Romeu Queiroz, representando os ex-presidentes da Assembleia.

Quero falar também em nome do deputado Duarte Bechir, grande companheiro, coautor do requerimento, e que não pôde estar aqui presente. Não poderia deixar de cumprimentar também alguns amigos. Todos são amigos, mas saúdo o deputado Luiz Vicente Calicchio. É um grande amigo que está aqui conosco. É uma alegria estar com o senhor, que é da minha região. Saúdo o deputado Márcio Maia, e a D. Maria Eny, esposa do nosso saudoso Neif Jabur.

O compromisso de Minas é com a liberdade. Para o 31º governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, a liberdade está entrelaçada a Minas Gerais, passando por suas praças e avenidas, andando sempre perto do povo mineiro e das suas escolhas políticas, compromisso muito parecido com os dos próprios delimitadores do Estado mineiro, que lutaram sempre por um ideal: Libertas quae sera tamen, liberdade ainda que tardia. Mesmo que tardiamente, ela sempre encontra o mineiro.

A década de 1980 foi marcada pela redemocratização brasileira, com eleições livres e diretas, além da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, sob a responsabilidade do Congresso, eleito em 1986. As eleições de 1982 conduziram à vitória governadores de oposição ao regime instalado em 1964. Tancredo Neves, em Minas Gerais, Franco Montoro, em São Paulo, e Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, sinalizaram que o povo brasileiro estava amadurecido e queria uma nova ordem nacional.

Como consequência disso, com as ruas e praças tomadas por manifestantes, em ato contínuo, a população voltou ao protagonismo histórico, o que resultou na eleição, em 1985, ainda pela via indireta, de Tancredo Neves para a Presidência da República. Quis o destino que o presidente eleito sequer tomasse posse. Num momento de indescritível e profunda tristeza, os brasileiros assistiram seu martírio, com doença e morte. Assumi seu vice na chapa, o então senador José Sarney.

O recém-empossado, cumprindo os compromissos de campanha de Tancredo, convocou a Assembleia Nacional Constituinte. Eleita em 1986, foi composta de senadores e deputados federais, com a responsabilidade de dar uma nova Carta aos brasileiros, promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição Cidadã, como ficou conhecida. Deu novo ordenamento jurídico e constitucional ao Brasil. Como consequência, determinou às assembleias legislativas a elaboração de uma nova Constituição em cada estado membro da Federação.

Coube a Minas Gerais, com sua vocação e compromissos históricos com o Brasil, promulgar a primeira entre as Cartas estaduais. Assim, em 21 de setembro de 1989, os mineiros assistiram à promulgação da Constituição do Estado de Minas Gerais, com destaque para o art. 73, que aqui recorro: “A sociedade tem direito a um governo honesto, obediente à lei e eficaz”. Minas Gerais passa a ser o único estado da Federação que coloca o direito à honestidade como lei. Naquele momento de transição, em que saímos de um governo autoritário, Minas Gerais se manifesta pela liberdade, igualdade e fraternidade e se torna um exemplo para os três Poderes, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, e também para os entes da Federação: União, estados e municípios.

É muito importante lembrar e reverenciar também os 77 deputados e 11 suplentes, que juntos, neste mesmo espaço que ocupamos hoje, montaram um conjunto de leis a serem seguidas pelos mineiros, promovendo a descentralização do poder, assegurando seu controle aos cidadãos, garantindo o direito de todos à sua cidadania plena, ao desenvolvimento e à vida, numa sociedade pluralista e sem preconceitos.

Gostaria de cumprimentá-los na memória e na imagem dos deputados Neif Jabur e Kemil Kumaira. Cumprimento todos os homenageados. O Kemil Kumaira, à época, era presidente da Mesa, liderando os deputados e as deputadas que tiveram a coragem de elevar Minas Gerais e suas leis de forma justa e honrada.

Também não podemos nos esquecer dos servidores do corpo técnico da Assembleia, sendo eles das comissões, das consultorias, da Secretaria-Geral da Mesa ou da Diretoria-Geral, além dos servidores, é claro, dos gabinetes, sempre atentos ao assessorar os deputados constituintes. Nessas salas, viraram a madrugada, estudando propostas de lei e emendas, pensando, em primeiro lugar, no povo mineiro.

Gostaria de trazer à memória também o relator da Constituinte, o deputado Bonifácio Mourão, o qual conheço. Conheço muito sua capacidade. Ele teve, como seu consultor, na ocasião, o nosso hoje senador Antonio Augusto Anastasia, jovem advogado. Para a felicidade dos mineiros, tempos depois, o jovem consultor se tornou secretário de Estado, vice-governador de Minas Gerais, senador. Atualmente é o 1º-vice-presidente do Senado.

Uma maneira também de remontar aquele momento histórico é através da valorosa imprensa mineira. Os jornalistas, responsáveis por transcrever os acontecimentos fervorosos que rodeavam essa constituinte estadual e que ocupavam o imaginário do mineiro à época, devem aqui ser lembrados e honrados, na figura de Acir Antão, atual presidente do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares do Estado de Minas Gerais.

No ano de 1989, durante a promulgação da Carta Mineira, presidia o centro o jornalista Manuel Fagundes Murta, o grande Murta, uma lenda da nossa imprensa. Outro jornalista sempre atento à ordem do dia foi Lúcio Braga Guimarães. Pautas e inovações eram frequentemente conferidas na antiga e saudosa sala de imprensa desta Casa. Instituição de elevada importância e relevância, durante o governo de Itamar Franco, que sofria impiedosa perseguição dos veículos do eixo Rio-São Paulo, trouxe-o à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde o presidente da República reagiu e mandou seu recado aos inconformados, como mineiro no alto cargo da Nação, acontecimento também marcado pela posse do jornalista João Bosco Martins Sales e Carlos Lindenberg à mesa diretora do centro.

Tempos depois, esses mesmos algozes reconheciam o valor daquele mineiro da Zona da Mata, que lançou o Plano de Estabilização da Economia, até hoje responsável pela morte da inflação galopante que consumia o dinheiro, a renda e o trabalho. Foi o Plano Real, com a ousadia de Itamar Franco, que liquidou o fantasma da especulação financeira.

Gostaria de fazer aqui também uma menção honrosa ao meu amigo, meu conterrâneo da minha querida Jacuí e também jornalista mineiro, Dídimo Paiva, que esteve presente durante todo o processo de idealização, votação e promulgação da Constituição Mineira. Dídimo trouxe, do interior, como muitos entre nós, a simplicidade e a vontade de servir às verdadeiras causas e aos compromissos com a liberdade e a democracia.

Destaco também alguns nomes importantes que nos guiaram até aqui, sendo deputados constituintes: José Renato Novaes; Euripedes Craide; Luís Gambogi, que está aqui conosco; Carlos Pereira; Eduardo Antônio, grande amigo de Varginha; Paulo Pereira; Sílvio Mitre, da nossa Oliveira; Cleuber Carneiro; entre tantos outros que têm uma responsabilidade importante para a história escrita em Minas Gerais. E podem se orgulhar de terem suas descendências seguindo seus passos de competência e de muito trabalho pelo Estado.

É importante mencionar Agostinho Patrus, o padrinho, como carinhosamente referiam as pessoas e lideranças do nosso convívio. Ex-presidente da Mesa, hoje recebe homenagem como deputado constituinte, deixando seu filho, homem honrado, que se

afastou de seus negócios pessoais para emprestar a Minas e aos mineiros esse mesmo jeito simples de gerir os recursos e o interesse público. Comemoramos este momento histórico, tendo o privilégio de sermos governados pelo governador Romeu Zema, que, como escrito na Constituição Mineira de 1989, governa respeitando os princípios constitucionais.

A nova Carta dada aos mineiros, com todo o trabalho e dedicação, pode ser traduzida nas palavras do relator, deputado Bonifácio Mourão, como fruto da participação, do debate, do esforço sério e contínuo dos parlamentares que, sem renunciarem às suas convicções partidárias e ideológicas, souberam colocar, acima de tudo, a devoção à causa de Minas. Eis que nasce o texto. Obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos, agora, a um vídeo gravado pelo coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, deputado Duarte Bechir.

– Procede-se à exibição do vídeo, cujo teor é o seguinte:

“Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Agostinho Patrus, em vosso nome quero cumprimentar os demais membros da Mesa, os senhores e as senhoras deputadas. Quero também fazer uma saudação muito especial, deixar o meu abraço ao 1º-vice-presidente, deputado Antônio Carlos Arantes. Ao seu lado fui coautor do requerimento que originou essa homenagem.

Estamos comemorando 30 anos da nossa Constituição, que foi promulgada em 21/9/1989. Um trabalho muito bonito, que envolveu sacrifício, capacidade de todos os deputados e constituintes àquela época. E eu quero referenciar o nome do relator, do amigo, do competente deputado estadual Bonifácio Mourão. Eu tenho certeza de que muitas das colocações e ideias dos trabalhos a que chegaram ele soube compilar, traduzindo em realidade. Meu caro Mourão, demais autoridades presentes, familiares daqueles que já não mais estão entre nós, recebam nosso pleito de gratidão. Um trabalho muito bonito, pioneiro e que com certeza oxigenou a nossa vida pública. Podemos dizer que Minas tem uma Constituição invejável.

Concluo, Sr. Presidente, repetindo Ulisses Guimarães: “A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Sim, a Constituição é o instrumento da mudança. O Brasil mudou e Minas mudou. E as senhoras e os senhores constituintes mineiros foram os dignos benfeitores dessa arquitetura transformadora que modificou o nosso estado e oxigenou a nossa história”.

Parabéns, Minas Gerais! Parabéns, senhoras e senhores constituintes! E viva a nossa querida Minas Gerais!”

Entrega de Placas

O locutor – Neste momento, os parlamentares constituintes receberão uma placa alusiva a esta homenagem, que contém os seguintes dizeres: “Há 30 anos, as muitas vozes dos mineiros se levantaram pela democracia; dos representantes constituintes, firmou-se nosso compromisso pela cidadania. Das Minas às Gerais, ressoam os sonhos e conquistas fundados na Carta Maior de nosso estado, alicerce seguro para uma sociedade mais justa, livre e igualitária. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais reconhece o nobre trabalho dos parlamentares constituintes na elaboração da Constituição Mineira, homenageando-os nesta ocasião”.

Convidamos para receber a homenagem os membros da Mesa da Assembleia à época da promulgação da Constituição e os parlamentares da Comissão Constitucional ou seus representantes: Kemil Kumaira, presidente da Assembleia, *in memoriam*; Cleuber Carneiro, 1º-vice-presidente da Assembleia; Elmo Braz, 1º-secretário da Assembleia, *in memoriam*; Márcio Maia, 2º-secretário da Assembleia; Romeu Queiroz, 4º-secretário da Assembleia; Jaime Martins, 1º-suplente da Mesa da Assembleia, *in memoriam*; Eduardo Ottoni, 2º-suplente da Mesa da Assembleia e relator adjunto da Comissão Constitucional; Anderson Aduato, 3º-suplente da Mesa da Assembleia; Adelino Dias, 4º-suplente da Mesa da Assembleia, *in memoriam*; Camilo Machado, presidente da Comissão Constitucional, *in memoriam*; Bernardo Rubinger, 1º-secretário da comissão, *in memoriam*; Bonifácio Mourão, relator da comissão.

Para proceder à entrega das homenagens, convidamos o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, e o coautor do requerimento, deputado Antônio Carlos Arantes.

Convidamos o Exmo. Sr. Agostinho Patrus, coordenador da temática “Saúde, previdência e assistência social”, *in memoriam*; João Rosa, coordenador da temática “Poder executivo, administração direta e indireta”; José Bonifácio Filho, coordenador da temática “Poder legislativo”, *in memoriam*; José Ferraz, coordenador da temática “Servidores públicos civis e militares”, *in memoriam*; Luiz Vicente, coordenador da temática “Planejamento, finanças e orçamento”; Sebastião Helvécio, coordenador da temática “Sistema tributário”.

Convidamos agora os constituintes Ademir Lucas, líder do PTB; Agostinho Valente, vice-líder do PT; Aílton Torres Neves, vice-líder do PMDB; Bené Guedes, líder do PTB; Chico Ferramenta, líder do PT em 1987; Delfim Ribeiro, presidente da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária, *in memoriam*; Domingos Lanna, líder da Minoria, *in memoriam*; Elmiro Nascimento, vice-líder do PFL; Geraldo da Costa Pereira, presidente da Comissão de Ação Social; Jamill Júnior, líder do PRN; João Lamego, vice-presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, *in memoriam*.

Convidamos Jorge Gibram, vice-líder do governo, *in memoriam*; Jorge Hannas, presidente da Comissão de Saúde, *in memoriam*; José Belato, vice-líder do governo; José Laviola, 1º-secretário da Assembleia de 1987 a 1988, *in memoriam*; José Militão, membro da Comissão de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais; José Renato, presidente da Comissão de Obras Públicas de 1987 a 1988, *in memoriam*; Lacyr Andrade, membro da Comissão de Energia, Minas e Metalurgia, *in memoriam*; Luís Gambogi, membro da Comissão de Ciência e Tecnologia; Maria José Haueisen, membro da Comissão de Assuntos da Sudene e Estímulos Fiscais, *in memoriam*.

Convidamos os constituintes Mauro Moraes, vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, *in memoriam*; Mendes Barros, membro da Comissão de Redação, *in memoriam*; Milton Cruz, líder do PDC; Neif Jabur, presidente da Assembleia de 1987 a 1988, *in memoriam*; Nilmário Miranda, líder do PT; Ninico Resende, vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, *in memoriam*; Paulo Pereira, vice-líder do governo; Paulo Pettersen, vice-líder do governo; Péricles Ferreira, vice-presidente da Comissão de Saúde e Ação Social.

Convidamos os constituintes Raul Messias, vice-líder do PT; Roberto Luiz Soares, vice-líder do PDS; Rubens Garcia, vice-líder do PDS, *in memoriam*; Saint'Clair Souto, 1º-vice-presidente da Assembleia de 1987 a 1988; Serafim Godinho, vice-líder do governo de 1987 a 1988; Sérgio Emílio, membro da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, *in memoriam*; Sílvio Mitre, membro da Comissão de Finanças e Orçamento; Vítor Penido, vice-líder do PFL de 1987 a 1988; Wellington de Castro, líder do PMB, *in memoriam*.

Convidamos também para receber a homenagem Samir Tannús, membro da Comissão de Redação.

Gostaríamos, neste instante, de convidar a se posicionarem no local indicado pelo Cerimonial, para que também recebam as homenagens da Casa, o membro da Comissão Constitucional, Ronaldo Vasconcellos, coordenador da temática “Preservação do meio ambiente”, e o constituinte Raimundo Albergaria, *in memoriam*, 2º-vice-presidente da Assembleia, de 1987 e 1988. Convidamos para fazer a entrega das placas o presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus, juntamente com o deputado Antonio Carlos Arantes.

A Assembleia destaca a importância da participação popular e das várias entidades da sociedade civil no processo de elaboração da Constituição. Salientamos o relevante papel do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais – Cepo – no apoio à cobertura jornalística do Parlamento mineiro. Destacamos os integrantes dos segmentos da sociedade que compuseram a Comissão de Apoio à Atividade Preparatória de Elaboração do Anteprojeto de Constituição. São eles: a Associação Médica de Minas Gerais; a Sociedade Mineira de Engenheiros; a União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais; a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais; o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Minas Gerais; a Pontifícia

Universidade Católica de Minas Gerais; o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e a Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais.

– Procede-se à entrega das placas.

O locutor – Neste momento, gostaríamos de cumprimentar todos os servidores da Assembleia Legislativa pelo trabalho desempenhado durante a Constituinte, na figura do Sr. Dalmir de Jesus, diretor-geral da época, e da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária-geral da Mesa, naquela oportunidade.

Palavras do Sr. Bonifácio Mourão

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus; Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargador Nelson Missias de Moraes; Exmo. Sr. 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, Deputado Antônio Carlos Arantes; Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet; Exmo. Sr. Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares; Exma. Sra. Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Profa. Sandra Regina Goulart Almeida, representado o Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Constituinte em 1989 e Ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado Minas Gerais, Deputado Romeu Queiroz, representando os ex-presidentes da Assembleia; meus caros colegas constituintes de 1989; deputados presentes; autoridades; senhoras e senhores; minha querida esposa, Sandra, aqui presente; minha filha Cristiane; minha família; meus filhos; todos aqui presentes; há 30 anos, cidadãos mineiros eleitos pelo povo olhavam com respeito e acentuada preocupação o imenso desafio à frente: a Lei Maior por criar. Sobre nós, o peso de uma tradição de lutas e de glórias, um passado de onde nos vigiava o olhar severo de pessoas ilustres que construíram a história de Minas Gerais.

Ainda no primeiro mandato, assumia eu o desafio maior de suceder Afonso Pena, Milton Campos e Tancredo Neves, relatores das três outras Constituições de Minas Gerais. O primeiro compromisso: que as portas estivessem abertas para a efetiva participação popular, e os espaços do Palácio Inconfidência encheram-se de gente. Por seus corredores circulavam, qual sangue a vivificar a instituição, representantes dos mais diversos segmentos da sociedade mineira.

O processo da constituinte foi a cada canto do chão mineiro. Dela, o povo se fez coautor. De sua sabedoria e de suas luminosas ideias surgiu o novo rosto de Minas Gerais: um semblante que fosse nem o de José nem o de Maria, nem o do Norte nem o do Sul, nem singular do relator, mas a essência do pensamento do povo de Minas Gerais.

Que a nova ordem pudesse abrigar o progresso e a justiça social, o desenvolvimento e a liberdade. A Constituição de 1989 se coloca na justa interseção entre o real e o possível. Seus dispositivos abrigam inegáveis avanços. A inspiração democrática e social se fez sentir. Na educação, elevou a nível constitucional o tripé: concurso público, plano de carreira e piso salarial. Ela determinou a publicação, até 10 de março de cada ano, do demonstrativo de aplicação dos 25% da receita e proibiu o Estado de remeter recursos aos municípios que não cumprissem esse percentual. Muitas outras conquistas os trabalhadores da educação conseguiram, e elas se fazem presentes a partir do art. 196 da Carta Magna.

A exemplo da Carta Federal, estabeleceu que a saúde é direito de todos e dever do Estado, direito universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Esta norma maior não é cumprida pelos governantes, e o direito universal e igualitário não é praticado. O preço tem sido pago com sacrifício e com a morte de muitos mineiros carentes. No espelho da saúde, se vê que há uma distância grande entre a lei e sua execução. As pessoas muitas vezes falam que a lei não é boa, quando deveriam reclamar da omissão de muitos, inclusive do Estado por não cumpri-la.

Na assistência social, entre outros destaques, deu-se ênfase à valorização e ao respeito, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente. Determinada a criação dos respectivos conselhos, ela estimulou empresas a absorver mão de obra dos deficientes e ordenou que na rede pública de ensino se implantasse um sistema de comunicação para deficientes auditivos e de visão.

Na ordem econômica, a Carta Mineira inclui mecanismos que garantem melhor o equilíbrio entre os Poderes. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, por exemplo, é elaborada por uma comissão tripartite, representando os três Poderes. Criou o percentual de 3% para o ensino e a pesquisa, o que fortaleceu o setor, com ganho para Minas. Determinou que, do percentual disponível de tributos para o Estado, 25% fossem para os municípios mais pobres, facilitando a criação da Lei do ICMS Solidário.

A máquina judiciária e o Ministério Público passaram a dispor de novos meios e melhores condições para tornar mais ativa a prestação jurisdicional.

Na segurança pública, entre outros benefícios, criou o Sistema de Defesa Social, com o respectivo conselho, aproximando as Polícias Militar, Civil e o Corpo de Bombeiros.

No meio ambiente, além de outras regras, normatizou que o órgão competente do Estado, ao examinar licenciamento para operações e construções de risco, fizesse e publicasse previamente estudo de impacto ambiental, o que, se cumprido fosse, levaria o Estado a negar licença para a construção de barragens como a de Mariana e de Brumadinho.

Avanços ainda podem ser observados em diversos outros títulos e capítulos de nossa Carta. Não podemos perder de vista que a Constituição é nossa norma de comando. Hoje, ela é vítima de reduzida aplicação e de excesso de emendas e detalhes, lembrando que os detalhes diminuem a sua força e encurtam a sua vida.

Cumpra ainda ressaltar que a lei, por si só, não tem o condão de mudar a realidade, não é o toque de uma varinha mágica, é instrumento de ordem e de harmonia, de melhor convivência social, é caminho de justiça e de paz.

É absolutamente necessário que aquela vontade consubstanciada no texto legal seja assumida pelas consciências, especialmente pelas autoridades. Buscamos com obstinação a lei boa. Queríamos que o povo visse nela os seus próprios objetivos e assim sentisse o dever de cumpri-la e de defendê-la. É preciso e é urgente que a ordem jurídica instaurada pela Constituição inunde as consciências e inspire as ações, especialmente dos membros dos Poderes constituídos: Executivo, Legislativo e Judiciário. Incluo também nesse exame de consciência o Ministério Público. Só assim a Lei Maior se tornará guia seguro para a reconstrução do Estado.

Não vejo outro caminho para recuperar Minas Gerais da crise tão profunda. O nosso país passa e passará por reformas necessárias e inadiáveis. Temos que sair da mesmice, tanto no meio dos Poderes quanto no meio do povo. Naquele e neste, muitos pensam que a crítica negativa é bastante, raciocínio que leva o mal a triunfar sobre o bem, num crescente assustador, especialmente nestes tempos em que a comunicação pelas redes sociais assumiu proporções gigantescas. Chega de usar as redes sociais e a imprensa somente para criticar e nada construir.

Convido todos para uma reflexão profunda sobre o que cada um tem feito e pode fazer, nessas três décadas, pela recuperação de Minas Gerais. Importa, nessa reflexão, a consciência de que o Estado está gravemente debilitado e depende de todos para se recuperar. Unir pelo Estado é o dever dos mineiros da gema. A história de Minas nos convoca.

Finalmente, quero render homenagem a todos os colegas constituintes que já se foram, na pessoa do presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus, nosso padrinho. Quero render homenagem a todos os constituintes e colegas presentes, na pessoa do ex-presidente desta Casa, deputado Romeu Queiroz. Quero render homenagem a toda a competente assessoria que tanto trabalhou conosco – os deputados presentes são testemunhas –, nas pessoas do Prof. Paulo Neves de Carvalho, dos professores Antônio Augusto Anastasia e Maria Coeli Simões Pires, aqui presentes.

Agradeço ao presidente Agostinho Patrus Filho e a todos os deputados o convite, a singular honraria de orador oficial nesta histórica e solene reunião. Agradeço a Deus o privilégio de, às vésperas dos 80 anos, estar aqui com saúde para, junto aos senhores, festejar os 30 anos de nossa Lei Máxima. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Romeu Queiroz

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus; Exmo. Sr. Governador do Estado, Romeu Zema; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Nelson Missias de Moraes; Exmo. Sr. Orador Relator da Constituinte, colega Bonifácio Mourão; Exmo. Sr. Vice-Presidente desta Casa, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, deputado Antônio Carlos Arantes; Exmo. Procurador-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet; Exmo. Sr. Defensor Público Geral do Estado, Gério Patrocínio Soares; Exma. Sra. Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Profa. Sandra Regina Goulart Almeida, este é um momento muito especial para minha vida, ao falar desta tribuna, em nome dos ex-presidentes desta Casa, nesta reunião especial que celebra os 30 anos da Constituição Mineira, promulgada em 21/9/1989.

Quero, em primeiro lugar, externar meu profundo e sincero agradecimento ao presidente, deleto amigo, Agostinho Patrus, que tanto evoca a figura perene de seu ilustre e querido pai, nosso saudoso padrinho, pelo seu honroso convite. Também apresento especiais cumprimentos a todos os parlamentares que tiveram a iniciativa de promover esta homenagem à história de nossa Constituição.

Este é também um momento de íntima emoção ao reencontrar tantas fisionomias queridas e amigas, nas pessoas dos constituintes de 1989, em grande número aqui presentes, assim como se fazem presentes na simbólica chamada desta hora aqueles que já se despediram de nós, aqui representados pelos seus familiares e entes queridos.

A todos os homenageados do dia de hoje cumprimento com carinho e reconhecimento, agradecendo-lhes a solidariedade de sempre. Certamente, a lembrança de meu nome se deve ao fato de que, além de ter sido um deputado constituinte, fui o primeiro presidente pós-constituinte desta Casa, sucedendo ao mandato do presidente Kemil Kumaira, que presidiu a Assembleia no período constituinte e que é sempre recordado por nós por sua elegância e sinceridade.

Como sabemos, esta homenagem à memória da Constituição Mineira abrange, além desta reunião especial, um ciclo de atividades, como o debate público realizado na última segunda-feira; a exposição constituinte, inaugurada na terça-feira, no Memorial do Legislativo Mineiro; e ainda a edição especial do projeto Pensando em Minas, realizado também anteontem na Escola do Legislativo.

Interessante notar que, no debate público de segunda-feira, estavam presentes alguns protagonistas da histórica constituinte mineira, entre eles o professor e hoje senador Antonio Augusto Anastasia, que, então muito jovem, já é reconhecido como emérito professor de direito; a Profa. Maria Coeli Simões Pires, então secretária-geral desta Casa; bem como a desembargadora Mônica Sette Lopes, naquele momento ocupando a Procuradoria Adjunta desta Assembleia Legislativa. Juntos, eles como os consultores especiais, contávamos com a permanente contribuição dos eméritos e saudosos professores Paulo Neves de Carvalho e Raul Machado Horta. Ao lado dos quadros técnicos e administrativos desta Casa altamente mobilizados, esses mestres faziam serões até a alta madrugada, em assessoramento direto ao sábio e dedicado relator da Constituinte, o sempre admirado deputado Bonifácio Mourão. Emprestavam igual e direta assistência ao presidente da Comissão Constitucional, o saudoso e nobre deputado Camilo Machado.

Este é portanto um momento de evocações, uma evocação principal daqueles dias memoráveis, que, durante 11 meses, marcaram um autêntico e vibrante encontro entre o povo mineiro e os seus representantes nesta Casa. Mas aquela não foi uma mobilização pontual; ao contrário. A Assembleia já havia estabelecido mecanismo para a participação popular na Constituinte, muito antes de sua efetiva instalação.

Já em 1987, dois anos antes do processo constituinte, no início da 11ª Legislatura, foram instalados os trabalhos preparatórios para este magno evento, já envolvendo a participação popular. Lembro-me dos esforços do então diretor-geral, Dalmir de Jesus, para viabilizar a vinda, a este Plenário, ainda nessa etapa preparatória, de grandes expressões do Congresso Nacional, para o debate prévio das temáticas constitucionais. Foi assim que estiveram, neste Plenário, entre outros constituintes federais, os senadores

relatores: Paulo Brossard, Jarbas Passarinho, José Paulo Bisol, Severo Gomes, Almir Gabriel e o ex-deputado constituinte, Nelson Jobim, participando de reuniões sempre abertas à participação dos mais diversos segmentos. Por essa posição de vanguarda da Assembleia de Minas, houve, em nosso estado, a mesma mobilização que havia ocorrido em âmbito nacional, quando da elaboração da Carta Magna da República, a Constituição Cidadã, promulgada em 1988.

Assim a Assembleia Constituinte Mineira abriu suas portas à mais ampla participação popular já registrada na história desta Casa. Mil, até duas mil pessoas circulavam diariamente pelas nossas dependências, antes e durante o processo constituinte, apresentando proposições, sugestões e iniciativas. Tanto assim foi que, simbolizando essa intensa e inédita participação popular, foi outorgado o título de Constituinte Honorário ao cidadão-engenheiro Luís Fernandes de Souza, que participou de todas as reuniões realizadas no período da elaboração constitucional. Ele sugeria, questionava, opinava sobre cada item do anteprojeto ao projeto de Constituição. Era o próprio povo mineiro que estava encarnado nesse exemplo de cidadania.

Tanto foi assim que, no dia da promulgação da Constituição, naquela tarde primaveril, de 21/9/1989, a Praça da Assembleia estava totalmente ocupada pelo povo, e, quando foi anunciada a assinatura da carta, um longo e entusiástico aplauso se fez ouvir por todas as partes.

Eu, que ocupava então a 4ª-Secretaria da Mesa, recorro, com emoção, as palavras finais do discurso então pronunciado pelo presidente Kemil Kumaira.

A Constituição, por si só, não é a varinha mágica capaz de erradicar os males que enfrentamos, sobretudo a disparidade de renda e a exclusão social. Com ela a nossa geração apenas começa uma empreitada que desafiará as próximas e futuras gerações, que é a de transformar o homem brasileiro e o homem mineiro, com seu grande número de marginalizados dos benefícios do desenvolvimento, para a condição de cidadãos, verdadeiramente no exercício pleno de seus direitos básicos e essenciais. Ele concluía saudando o renascimento da ordem democrática assegurada pela Constituição: “A noite dos tempos não assassina a história. Exilada, ela retorna e amanhece. Violentada, resiste e liberta. Amordaçada, eclode e acontece. Com homens livres, a história vencerá”.

Recordei essas palavras porque atravessamos hoje, 30 anos depois, uma reconhecida crise institucional, com a devassa que transformou o campo político numa espécie de terra arrasada. Com isso, abriu-se espaço para o populismo fácil e as tentações autoritárias. A guarda da Constituição é nossa responsabilidade maior nessa hora de transição. Resguardá-la e defendê-la, confiadora que é do Estado Democrático de Direito, não é apenas o dever do Judiciário ou do Supremo Tribunal, mas é compromisso de cada cidadão, seja agente público ou não.

Lancemos, de novo, o olhar para o ano de 1989, que deu nascimento à Constituição Mineira. Ela tornou-se, como sabemos, referência avançada para todo o Brasil, e foi a primeira a ser promulgada entre os estados da Federação. Avançou nas políticas públicas, nas questões sociais, na área ambiental, nos direitos e deveres do Estado e do cidadão. Ampliou e fortaleceu o papel institucional e as competências das comissões permanentes desta Casa. Legou, para a Assembleia de Minas, fortes e eficientes mecanismos de interação com a sociedade, que hoje fazem parte das atividades institucionais da Casa, como as audiências públicas, os fóruns técnicos, os seminários legislativos e os debates com a sociedade. Criou um ambiente institucional para o surgimento da Escola do Legislativo e da TV Assembleia. Abriu espaço para a cultura do planejamento nos Poderes do Estado, incluindo a própria Assembleia, modelo retratado no Programa Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI. Tem sido, sobretudo, indutora da modernização da administração pública mineira, em todos os seus anos.

Alguém poderia indagar, propondo um balanço comparativo entre os marcos desses 30 anos, de 1989 a 2019: “Tudo isso valeu a pena?”. Respondendo por mim mesmo, entre triunfos e reveses, entre alegrias e tristezas que a vida pública reserva, entre versões que às vezes preponderam sobre fatos verdadeiros, nessa escala do tempo, aprendi preciosas lições. Assim posso dar a minha resposta a essa pergunta, nos termos seguintes. Como síntese desse grande processo e na análise do tempo histórico, aprendi e carrego

comigo uma lição maior: “Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”. Assim também é grande a alma de Minas Gerais, como é imensa a alma brasileira.

O futuro, seja o que se descortinou 30 anos atrás, seja o que se projeta nos 30 anos à frente, só não perdoa os fracos e os medrosos, mas reserva sempre suas páginas paralelas para escrever os nomes de homens e mulheres de coragem e de valor, como consagrou, no século passado, os nomes de um Juscelino Kubitschek, Tancredo de Almeida Neves, Milton Campos e um Afonso Arinos. Penetrando mais longe na linha do tempo, de lá surgem os nomes de Afonso Pena, Teófilo Ottoni e um Bernardo Vasconcelos. E mais, no fundo da nossa história, fulguram as heroínas da Inconfidência, como Bárbara Heliódora, do norte estrela, e uma Maria Doroteia, a Marília de Dirceu. Irradiando potente luz, surge, nesse senáculo da história, aquele que, no panteão da Pátria, nos indica sempre os caminhos do futuro. Ele traz o nome do glorioso Joaquim José da Silva Xavier, precursor da liberdade, da democracia e da cidadania. O nosso herói Tiradentes, patrono cívico da nação brasileira.

Com o exemplo desses luminares de nossa história, poderemos, na medida de cada um, construir uma parcela de nosso futuro, por pequena que aparentemente seja. Com esses exemplos maiores, confiamos, todos nós, integralmente, nos deputados e nas deputadas que integram esta 19ª Legislatura. Às Sras. parlamentares e aos Srs. parlamentares de hoje, saúdo, na pessoa de um grande e querido amigo, contemporâneo meu nesta Casa e o mais veterano do atual quadro parlamentar, exemplo vivente de consciência política e de espírito de conciliação, o caro deputado e professor Hely Tarquínio. Sei que V. Exas. terão a coragem e o valor de estarem sempre se colocando, sem medo, sem omissão, de frente para o futuro, e nele estará o nosso destino. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Nelson Missias de Moraes

Saúdo os membros da Mesa, por intermédio do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Agostinho Patrus, e do governador do Estado, Romeu Zema.

Registro, de início, a minha satisfação de participar desta solenidade em que comemoramos não apenas o aniversário de nossa Constituição Estadual, mas também, na essência, a solidez de nossa democracia tão aviltada no século passado, mas que tem dado vigorosas demonstrações de resistência, já no século XXI, mesmo com o País passando por vicissitudes nos campos da política e da economia, com reflexos sociais graves.

Há cerca de um ano, quando também comemorávamos o aniversário da Constituição da República, lembrava que, naquela época da Assembleia Constituinte, o Brasil transitava de uma longa noite de autoritarismo, repleta de ataques à cidadania, para o que era ainda somente ânsia de liberdade e estabilidade democrática. Havia esperança, mas ela estava ainda permeada de incertezas. Creio que hoje já não precisamos mais falar de incertezas, no que tange à consolidação democrática, e podemos lançar nossos olhos e nossos pensamentos para o futuro, pois há dilemas a serem equacionados.

Já temos a base, que é sólida, mas precisamos avançar em questões fundamentais para a cidadania e para a governabilidade, a fim de evitar o sofrimento permanente de conviver com crises e angústias pela falta de recursos para promover as necessidades da população, na saúde, na segurança, na educação, para ficar nos três pilares da cidadania, sob a responsabilidade quase exclusiva do poder público. Nosso debate não pode ficar restrito às reformas econômicas, como a previdenciária, que tem sido vendida como a mãe de todas as reformas. Sem dúvida, ela é essencial, mas não será suficiente se não mergulharmos, de verdade, numa ampla discussão sobre o pacto federativo.

O nosso modelo federativo, altamente centralizado e concentrado no âmbito federal, já demonstrou claramente que não é capaz de atender a diversidade nacional e resolver nossas disparidades. As crises de governabilidade por que passam hoje quase todos os estados brasileiros têm sido cíclicas e não acontecem por acaso. O mais grave é que as soluções apontadas são emergenciais e invariavelmente conduzem a mais centralização, a mais concentração de poder, e, na ponta, acirram e aprofundam as desigualdades.

Perdoem-me se talvez tenha saído do roteiro comemorativo, mas considerei oportuno fazer publicamente esta minha reflexão, já que estamos em uma reunião de representantes de todos os Poderes e de amplos setores da sociedade, para comemorarmos

a Constituição de Minas Gerais, que, no dia 21, completará 30 anos de existência. Precisamos comemorar a solidez de nossa Constituição Estadual, que assimilou os conceitos democráticos da Constituição Federal e deu a Minas Gerais o arcabouço de Estado também limitado pelo viés centralizador.

Mesmo comemorando, repito, temos que voltar nosso olhar para o futuro, e, para isso, precisamos mergulhar, com coragem, na rediscussão, como já disse, do nosso pacto federativo, de forma a libertar estados e municípios do garrote político e econômico exercido pelo poder central. E encerro repetindo Guimarães Rosa: “O que a vida exige da gente é coragem”, e é o que precisamos para renovar, de verdade, o país. Muito obrigado.

Palavras do Governador do Estado

Boa noite a todos e a todas! É um grande prazer estar aqui, na Assembleia Legislativa, mais uma vez. Na pessoa do presidente Agostinho Patrus, cumprimento todos os membros da Mesa e ex-parlamentares.

Há 30 anos, começávamos uma nova era em que a democracia e o ordenamento jurídico viabilizariam o planejamento público e o atendimento às demandas populares. Minas Gerais foi vanguardista ao ser o primeiro Estado a promulgar a sua Carta Magna. Nossa Constituição trouxe avanços em uma época em que ainda era rara a conquista de direitos.

Faço uma saudação especial a todos aqueles que estão aqui e contribuíram para a construção daquele momento histórico, na pessoa do deputado Bonifácio Mourão: vocês ajudaram a formatar a base segura e democrática que norteia todos nós, mineiros. Parabéns a Assembleia Legislativa e seus servidores e parlamentares por essa importante conquista. O Parlamento mineiro inaugurou inovações importantes na defesa social, no planejamento orçamentário e na escuta da população. A nossa Carta Magna foi construída após intenso diálogo, como é natural a nós, mineiros.

Nossa Constituição, não tenho dúvidas, é uma das mais avançadas do País, mas, como a sociedade está sempre em evolução, também ressalto o papel importante do Legislativo no seu aperfeiçoamento. Existem temas que devem ser colocados em pauta aqui e no plano federal para o avanço do nosso ordenamento jurídico. As reformas que se fazem necessárias para ajustar as contas só contribuirão para que venhamos a ter um sistema mais equilibrado e levemos melhores serviços a um povo tão sofrido. Em Minas, ao longo desses 30 anos, foram feitas alterações sensatas. É justamente esse sentimento que desejo aos nossos atuais parlamentares: que continuem a acompanhar as mudanças sociais, as necessidades de um novo tempo e os anseios da população.

Tenho o orgulho de governar um estado cuja Constituição, em seu art. 73, diz: “A sociedade tem direito a um governo honesto, obediente à lei e eficaz”, e nós vamos, junto com a Assembleia, com o Judiciário e com o Ministério Público, fazer as reformas de que tanto precisamos. Boa noite!

Palavras do Presidente

Permitam-me saudar aqui e agradecer a presença do Exmo. governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema; do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Nelson Missias de Moraes; do orador e relator da constituinte em 1989, deputado Bonifácio Mourão; do 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa e coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, deputado Antonio Carlos Arantes; do procurador-geral de justiça do Estado de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet; do defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio; da reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Profa. Sandra Regina Goulart Almeida; do constituinte em 1989 e ex-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Romeu Queiroz; do ex-deputado desta Casa e ex-presidente Anderson Aduato, que nos honra com sua presença; de toda a imprensa, na pessoa do presidente do Ceppo, jornalista Acir Antão, que viveu esse momento tão importante da Assembleia de Minas e foi responsável e ajudou esta Casa a levar as informações corretas à população e a mostrar um pouco daquele momento; e do deputado Tadeu Martins Leite, da deputada Beatriz Cerqueira, da deputada Celise Laviola, do deputado Bartô, do deputado Braulio Braz, do deputado Coronel Sandro, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, do deputado Gustavo Mitre, do deputado Professor Irineu e do deputado Roberto Andrade.

Eu tinha preparado aqui um discurso, mas, ao ver tantas pessoas queridas e amigas, prefiro deixá-lo de lado para falar um pouco com emoção, a emoção de ver aqui tantas pessoas amigas, queridas, que não só fizeram parte da nossa história, da história da minha família, mas que também são parte importante da história de Minas Gerais. Por isso, esta Casa fez questão de fazer esta homenagem – e parabenizo aqui o deputado Antonio Carlos Arantes pela iniciativa.

Sras. e Srs. Constituintes e membros de suas famílias que aqui estão, tenham a certeza de que Minas deve muito ao trabalho de todos, à dedicação, à luta que viveram aqui, em um ano e pouco, para se fazer uma Constituição como a que temos em Minas Gerais. Eu fico pensando – e sei da vida no Parlamento – na dificuldade de se conseguir aprovar uma única lei. Eu imagino o trabalho de todos aqui para que uma Constituição inteira fosse aprovada, e aprovada com a qualidade que tem a nossa Constituição, e aprovada também com uma imensa participação popular.

Milhares de sugestões, dezenas de encontros ocorreram não só nesta Casa, mas também pelo interior de Minas; cada um desses encontros com o seu presidente, com o coordenador, nas mais diversas regiões de Minas, ouvindo a população, trazendo para dentro desta Casa o sentimento dos mineiros de Norte a Sul do nosso estado. Eu tenho certeza de que este marco da participação popular é, sem dúvida alguma, o marco maior da Constituição Mineira de 1989. Não tenho dúvida de que esse norte que se iniciou ali foi reafirmado e foi seguido por todas as demais legislaturas.

A participação popular nesta Casa continua uma realidade. É efetiva através da Comissão – já agora definitiva – de Participação Popular, que surgiu com o trabalho, a ideia de cada um desses constituintes que fizeram, da voz da população, a voz mais importante a nortear, a determinar o caminho e o rumo da Constituição votada e aprovada em 1989. Foram 30 anos que mudaram Minas; foram 30 anos que permitiram, hoje, ao olharmos para trás, dizer: Minas, hoje, é muito melhor do que a Minas de 30 anos atrás. Isso se deve, sobretudo, à atuação de cada uma das mulheres e a cada um dos homens que, nesta Casa, registraram e fizeram um novo marco legal para levar adiante o nosso estado, para levar adiante a participação e a integração entre os demais Poderes, mas, acima de tudo, para mostrar que os mineiros não só fazem uma legislação de qualidade, mas também uma legislação e uma Constituição como a que foi feita aqui, com uma imensa participação da população.

Eu não quero me estender, mas não posso deixar também de reconhecer o imenso trabalho de toda a assessoria da Assembleia àquela época. Eu me lembro de, com 17, 18, 19 anos, começando os meus estudos de administração de empresas e de direito, poder viver um pouco dessa aula que acontecia aqui de direito constitucional, em cada uma das sessões realizadas. Eu não posso deixar de ressaltar a importância da equipe técnica desta Casa, assessorada também pelo Prof. Paulo Neves de Carvalho, que é, sem dúvida também, um marco importante do trabalho desta Constituinte mineira.

Quero encerrar aqui minha participação nesta noite, fazendo um convite da Assembleia à população de Minas Gerais: que continuem a participar e que sejam guardiões desta Constituição votada em 1989 e que tanto orgulha e honra esta Casa, que tanto mostra aos deputados aqui, nas disputas, nas discussões, nos momentos mais tensos, como disse aqui o deputado Nilmário Miranda, que é possível sentar, conversar e chegar a um bom caminho, a um caminho melhor para Minas e para os mineiros. Muito obrigado. Obrigado pela presença de todos. Parabéns pelo excepcional trabalho!

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 20, às 10 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 24/9/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 632/2019, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o cronograma para elaboração do projeto de engenharia rodoviária para pavimentação do trecho Consolação-Cambuí da Rodovia MG-295, constante na Lei Orçamentária de 2019. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 933/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a organização da Rede de Atenção Psicossocial no Estado, contendo todas as pactuações, os pontos de atenção mantidos e aqueles a serem implantados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.059/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os valores arrecadados, nos últimos cinco anos, a título de emolumentos do Sistema de Fabricação de Placas – Sifap –, comparando-se o quantitativo auferido com o montante devido, apurado com base nas notas fiscais emitidas pelo Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.098/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as ações que estão sendo desenvolvidas pelo Poder Executivo para garantir a implementação da política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, instituída pela Lei nº 21.147, de 2014, e pelo Decreto nº 4.725, de 2017, em relação às comunidades quilombolas localizadas no Município de Serro. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.389/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações substanciadas no percentual de contribuintes que declararam, nos últimos 10 anos, para fins de recolhimento do ITCMD, a transferência de bens ou direitos nas seguintes faixas de valor venal, separando-se as informações por fato gerador (*causa mortis* e doações): até R\$ 100.000,00; de R\$ 100.000,00 a R\$ 250.000,00; de R\$ 250.000,00 a R\$ 500.000,00; de R\$ 500.000,00 a R\$ 1.000.000,00; de R\$ 1.000.000,00 a R\$5.000.000,00; de R\$ 5.000.000,00 a R\$10.000.000,00; de R\$ 10.000.000,00 a R\$ 20.000.000,00; e acima de R\$ 20.000.000,00; e sejam informados os valores arrecadados pelo Estado, se possível

com a aplicação de índice oficial de correção, no período em que vigorava a alíquota progressiva de ITCD. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.612/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a quantidade de veículos locados utilizados pelo governo, especificando-se a quantidade e o órgão ou secretaria em que estão alocados, o número de veículos locados e o valor gasto anualmente com os contratos de locação, discriminados por locadoras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.615/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o custo de manutenção da MGC-479 e o valor previsto para a manutenção dessa rodovia no ano de 2019, referente ao trecho que liga o Município de Januária ao Município de Chapada Gaúcha. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.617/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o custo de manutenção da LMG-656 e o valor previsto para a manutenção dessa rodovia no ano de 2019, referente ao trecho que liga o Município de Lagoa dos Patos ao entrocamento da LMG-674. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/9/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 4/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; Projetos de Lei nºs 3.967/2016, do deputado Cristiano Silveira; 4.074/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.147/2017, do deputado Cássio Soares; 5.021/2018, do deputado Isauro Calais; 5.207/2018, do deputado Cristiano Silveira; 40/2019, do deputado Noraldino Júnior; 78/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 275/2019, do deputado Arlen Santiago; 689/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 761/2019, do deputado Bosco; 919/2019, do deputado Zé Guilherme; 1.006/2019, do governador do Estado; 1.026/2019, do deputado Gustavo Mitre; 1.033/2019, do deputado Arlen Santiago; 1.053/2019, do deputado Gustavo Valadares; 1.069/2019, do deputado João Magalhães; 1.090/2019, do deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.945/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Bosco; 2.031/2015, do deputado Rogério Correia; 5.083/2018, do deputado Fred Costa; 464/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 598/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.043/2019, do deputado Tadeu Martins Leite; 1.045/2019, do deputado

Zé Reis; 1.048/2019, da deputada Delegada Sheila; 1.066/2019, do deputado Hely Tarquínio; 1.068/2019, do deputado Carlos Pimenta; 1.079/2019, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/9/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 897/2019, do deputado Professor Cleiton.

Requerimentos nºs 2.733/2019, do deputado Thiago Cota, 2.735/2019, da deputada Marília Campos, 2.738/2019, do deputado Professor Irineu, e 2.865/2019, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a ação de educação para o trânsito, que completa 30 anos, promovida pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG –, considerando seu impacto na política de segurança pública do Estado, e a proceder à entrega dos votos de congratulações com a Sra. Rosely Fantoni pela coordenação das ações de prevenção no trânsito do DEER-MG.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/9/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei Complementar nº 80/2018, do Tribunal de Contas.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 910/2019, do procurador-geral de Justiça, 314/2015 e 2.658/2015, do deputado Arlen Santiago, 787/2019 e 4.112/2017, do deputado Noraldino Júnior, 489/2019, do deputado Cássio Soares, 753/2019, do deputado Raul Belém, 876/2019, do governador do Estado, 952/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, 1.015/2019, do governador do Estado, e 1.069/2019, do deputado João Magalhães.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 2.658/2019, do deputado Noraldino Júnior.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/9/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 5.446/2018, do deputado Roberto Andrade, e 973/2019, do deputado Léo Portela.

Requerimentos n°s 2.866 a 2.868/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/9/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento n° 2.815/2019, do deputado Zé Guilherme.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/9/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/9/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 724/2019, do deputado Carlos Henrique, e 822/2019, do deputado Tito Torres.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 2.774, 2.775 e 2.779/2019, da Comissão de Participação Popular, 2.797/2019, da Comissão de Direitos Humanos, 2.816/2019, do deputado Duarte Bechir, e 2.820 e 2.821/2019, da Comissão de Cultura.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/9/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 2.780/2019, do deputado Gustavo Mitre; 2.836/2019, do deputado Léo Portela; 2.869/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia; e 2.884/2019, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/9/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento n.º 2.822/2019, da Comissão de Cultura.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 25/9/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/9/2019, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 4/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, e dos Projetos de Lei n.ºs 4.513/2017, do deputado Noraldino Júnior, 558/2015, do deputado Fred Costa, 3.967/2016, do deputado Cristiano Silveira, 4.074/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4.147/2017, do deputado Cássio Soares, 5.021/2018, do deputado Isauro Calais, 5.207/2018, do deputado Cristiano Silveira, 40/2019, do deputado Noraldino Júnior,

78/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, 275/2019, do deputado Arlen Santiago, 592/2019, do deputado Doutor Jean Freire, 689/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., 761/2019, do deputado Bosco, 845/2019, da deputada Delegada Sheila, 919/2019, do deputado Zé Guilherme, 1.006/2019, do governador do Estado, 1.026/2019, do deputado Gustavo Mitre, 1.033/2019, do deputado Arlen Santiago, 1.053/2019, do deputado Gustavo Valadares, 1.069/2019, do deputado João Magalhães, 1.090/2019, do deputado Sávio Souza Cruz, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei n°s 4.945/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão e Bosco, 2.031/2015, do deputado Rogério Correia, 5.083/2018, do deputado Fred Costa, 464/2019, do deputado Sargento Rodrigues, 598/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, 1.043/2019, do deputado Tadeu Martins Leite, 1.045/2019, do deputado Zé Reis, 1.048/2019, da deputada Delegada Sheila, 1.066/2019, do deputado Hely Tarquínio, 1.068/2019, do deputado Carlos Pimenta, 1.079/2019, do deputado Luiz Humberto Carneiro, e 1.087/2019, do deputado Professor Cleiton, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/9/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2019.

Leninha, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/9/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei n° 897/2019, do deputado Professor Cleiton; de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 2.733/2019, do deputado Thiago Cota, 2.735/2019, da deputada Marília Campos, 2.738/2019, do deputado Professor Irineu, e 2.865/2019, do deputado Sargento Rodrigues; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/9/2019, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, dar continuidade ao debate sobre os prejuízos causados na vida dos trabalhadores da Cemig com a possibilidade de fechamento da base operacional localizada no Bairro São Gabriel, em Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Nos termos regimentais, convoco os deputados Mário Henrique Caixa, Coronel Henrique, Elismar Prado e Fábio Avelar de Oliveira, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 25/9/2019, às 9 horas, ao Estádio Jornalista Felipe Drummond – Mineirinho –, com a finalidade de verificar as condições atuais das instalações.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2019.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betinho Pinto Coelho, Coronel Henrique, Leandro Genaro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/9/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater em audiência pública a revisão da Resolução Normativa 482, que trata do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE –, o marco regulatório da energia solar e a geração distribuída; e a receber, discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2019.

Gil Pereira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/9/2019, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir, em audiência de convidados, os representantes dos 11 municípios atendidos pela Base Operacional da Cemig, localizada no Bairro São Gabriel, em Belo Horizonte; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2019.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, André Quintão, Gustavo Valadares e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/9/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os rumos da aprendizagem profissional de adolescentes e jovens.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****O PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.008/2019****Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia****Relatório**

De autoria do governador do Estado e encaminhado a esta Assembleia Legislativa por meio da Mensagem nº 33/2019, a proposição de lei em epígrafe visa dar denominação a escola estadual de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio localizada no Município de Carmésia.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência e Tecnologia. A primeira delas examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa dar a denominação de Escola Estadual Indígena ãngohó Kuâp Pataxó à escola estadual de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, situada na Aldeia Encontro das Águas, no município de Carmésia.

Segundo informa a Mensagem nº 33/2019, a denominação proposta resulta de pedido formulado pelo colegiado da escola como meio de preservação da identidade cultural, pois a denominação escolhida é uma homenagem a entidades da mitologia indígena da comunidade.

Em face do exposto, consideramos justa e meritória a nova designação da unidade escolar conforme a proposição em análise. Contudo, para adequação do texto da proposição à boa técnica legislativa, apresentamos a Emenda nº 1 redigida a seguir.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.008/2019, com a Emenda nº 1 apresentada a seguir.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao caput do art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Indígena ãngohó Kuâp Pataxó a escola estadual de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio localizada na Aldeia Encontro das Águas, no município de Carmésia.”.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, relatora.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/9/2019**

O deputado Bosco* – Srs. Deputados. Sras. Deputadas, caro deputado Cristiano Silveira, que preside esta reunião, imprensa. Faço também uma saudação a todos os telespectadores que nos acompanham através da TV Assembleia.

Sr. Presidente, trago a esta reunião dois assuntos que julgo de grande importância. Primeiro, quero fazer o registro de um grande evento que aconteceu na semana passada no Noroeste mineiro, em especial na cidade de João Pinheiro, cidade mineira que

possui hoje a maior extensão territorial de todo o Estado. Ali aconteceu, nos dias 12, 13 e 14, a primeira feira do agronegócio, a Agro Noroeste. Foi uma iniciativa de vários empresários do Noroeste mineiro, e aproveitou a oportunidade para cumprimentá-los na pessoa do empresário Hebert Couto, que, nessa unidade, com todos os empresários do agronegócio do Noroeste mineiro, não mediu esforços para realizar essa primeira e grande feira do agronegócio.

Foram parceiros desse evento – aqui faço questão de destacar – o Sebrae, o Senar, a Irriganorte e a Siamig, que teve como grande parceira também a empresa Bevap, que, dentro dessa aliança, conseguiram, nesses três dias, na semana passada, realizar uma feira, que tenho certeza absoluta que será a primeira de muitas e muitas outras, porque sabemos que o Noroeste mineiro é uma região que tem um potencial gigantesco, sobretudo em relação à questão do agronegócio. Porém, a região do Noroeste mineiro enfrenta sérios desafios, caros colegas deputados e deputadas, a exemplo das demais regiões do Estado de Minas Gerais.

Em relação à questão da energia, infelizmente, até no dia de hoje, não temos energia suficiente para instalação de novas empresas e até mesmo para atender o seguimento do agronegócio, quer seja no setor de irrigação quer seja na instalação da agroindústria.

Da mesma forma, a região Noroeste enfrenta também uma dificuldade imensa em relação à questão ambiental: a morosidade em conseguir liberações, outorgas para o implemento de novos investimentos. Então, essa feira foi muito oportuna, de um lado, para demonstrar o potencial daquelas pessoas que ali estão, acreditando no agronegócio, ajudando o nosso estado, ajudando o nosso país. Ao mesmo tempo, foi uma grande oportunidade para demonstrar as carências e as necessidades e em que precisamos avançar ainda mais para fazer com que o nosso setor, a nossa região do Noroeste possa continuar crescendo, desenvolvendo-se com a pujança que existe ali naquela região, gerando emprego e renda e, com certeza, ajudando Minas Gerais a vencer essa grande crise que assola não só o nosso estado, mas também o nosso país.

Concedo aparte, com prazer, ao nosso professor.

O deputado Professor Cleiton (em aparte) – Deputado Bosco, quero parabenizá-lo por trazer a esta Casa uma discussão acerca de questões pontuais que envolvem essa região, uma região atípica do nosso estado, porque o Noroeste é uma região onde você tem até problema de densidade demográfica. Os municípios são extensos, como o senhor mesmo citou o Município de João Pinheiro; são distantes uns dos outros.

Queria trazer também, para complementar e reforçar a sua fala, que é uma região que, hoje, necessita de olhar cuidadoso. Estive, recentemente, na cidade de Paracatu e fiquei assustado com algumas notícias que recebi em relação à saúde. Paracatu, que é referência na área da saúde por conta do hospital municipal que atende a maior parte das cidades circunvizinhas, não tem *expertise*, não tem serviços em determinadas áreas, por exemplo, na área cardiológica. Se alguém sofrer um infarto em Paracatu, o senhor sabe onde essa pessoa terá que ser atendida? São Sebastião do Paraíso, terra do nosso vice-presidente deputado Antonio Carlos Arantes. São 700km de distância para que uma pessoa do Noroeste receba atendimento na área cardiológica.

O hospital de Patos de Minas, que era quem oferecia atendimento oncológico, não suporta mais, e, por isso, aqueles pacientes oncológicos da região Noroeste estão tendo que ir para Barretos, que não fica nem no Estado de Minas Gerais.

Quero parabenizá-lo. Só quis dar essa contribuição porque foram abordados pontos cruciais. A saúde também é um ponto em que devemos olhar com carinho para a região Noroeste. Muito obrigado pelo aparte. Mais uma vez, parabéns.

O deputado Bosco - Eu que agradeço, caro professor, pela contribuição. De fato, a região Noroeste tem uma dimensão territorial enorme. Há cidades com potencial, por exemplo, Paracatu, Unai e João Pinheiro, mas ainda não possuem estrutura em relação à saúde, que seja condizente para atender todas as demandas que estão represadas naquelas cidades de toda a região do Noroeste mineiro.

A gente sabe que a cidade mais próxima, que está no Triângulo Mineiro, é Patos de Minas, que já atende tantas outras cidades do Triângulo Mineiro, inclusive do Alto Paranaíba, e está sobrecarregada. Dentro desse novo modelo que se desenha, dentro

desse novo governo, do nosso governo Zema, é preciso que a saúde possa ser olhada com muito carinho, não só em relação à conclusão das obras de hospitais regionais já iniciadas, mas também em relação a uma melhor distribuição para atender às mais diversas regiões, a exemplo da região do Noroeste mineiro.

Para finalizar essa questão da 1ª Feira Agro Noroeste, ficam aí os nossos cumprimentos, as nossas homenagens à deputada Beatriz, aos idealizadores dessa feira, porque demonstraram realmente que o agronegócio continua sendo o caminho mais concreto para gerar emprego e renda. Aqui incluo também a agricultura familiar, que é muito presente no Noroeste mineiro, cuja importância ficou demonstrada nessa feira.

Caros deputados e deputadas, nós sabemos que há um assunto que está muito recorrente em todos os meios de comunicação aqui nesta Casa, sobretudo em Brasília, no Congresso Nacional, junto ao governo federal, que é a questão das queimadas da Amazônia. Esse é um fato que nos entristece muito porque há queimadas que estão acontecendo de forma acidental, mas, muitas vezes, há queimadas criminosas, o que tem causado um desequilíbrio muito grande no meio ambiente, trazendo prejuízos que são incorrigíveis. Porém, acredito eu, que a situação é preocupante e alarmante não só em nossa Floresta Amazônica, mas em todas as regiões, em todos os estados do Brasil. E quero aqui trazer esse assunto para Minas Gerais.

Eu tenho viajado muito esses dias e tenho certeza de que todos os deputados aqui também têm viajado muito pelas rodovias de Minas Gerais. Tristemente, o que mais a gente vê às margens das nossas rodovias, nas propriedades rurais que ficam às margens das rodovias, são queimadas e mais queimadas, causando também prejuízos incalculáveis ao meio ambiente, aos produtores rurais e ao ecossistema. A maioria dessas queimadas que estão acontecendo em propriedades que ficam às margens das nossas rodovias são iniciadas nas faixas de domínio, quer seja do DEER ou do Dnit. No caso das nossas MGs, das nossas rodovias estaduais, temos as faixas de domínios que estão sob a responsabilidade do DEER. Já nas rodovias federais, e são muitas que cortam o nosso estado, estão sob o domínio do Dnit.

Mas nós sabemos, caros deputados e deputadas, que tanto o DEER quanto o Dnit mal têm recurso financeiro para cuidar do asfalto e da manutenção das nossas rodovias, muito menos recurso para cuidar dessas áreas de domínio. Ou seja, as áreas ficam à margem da rodovia até as propriedades privadas, e é ali que, muitas das vezes, iniciam-se as queimadas. Muitas vezes, por um lançamento de um toco de cigarro de um motorista ou de um passageiro desavisado que joga pela janela do carro, ou, de forma criminosa, por pessoas que gostam mesmo de fogo e que aproveitam esse momento de seca para acender ali uma fogueira. E isso tem hora para começar, mas não tem hora para acabar, lamentavelmente.

Então, Beatriz, preocupado com essa questão, entrei com um projeto de lei, que está tramitando na CCJ. Espero que ele seja aprovado na CCJ e que possa passar nas demais comissões. Também espero contar com o apoio de todos os deputados desta Casa para que nós possamos criar um mecanismo legal que autorize o governo do Estado, através do DEER, a fazer a concessão dessa área de domínio, às margens das rodovias, a serem utilizadas pelos proprietários rurais, pelos fazendeiros e pelos produtores rurais para o plantio de lavoura branca, caro Ulysses.

Isso já acontece em outros estados, principalmente no Estado de São Paulo. É muito comum a gente ver as margens das rodovias sendo utilizadas por produtores rurais para plantarem ali lavoura branca, lavoura que tem tempo para ser plantada e tempo para ser colhida. Então acredito que esse projeto vai dar uma grande contribuição para que o governo do Estado possa ter aliados que vão cuidar dessas margens de domínio do DEER sem custo algum para o DEER, para o Estado e, mais do que isso, vão produzir nessas margens.

Esse nosso projeto está em tramitação, e eu espero, no momento certo e na hora certa, poder contar com o apoio de todos os colegas, de todas as deputadas e os deputados desta Casa, para que tenhamos essa legislação e possamos, então, utilizar essas margens de domínio para produzir e evitar queimadas em Minas Gerais.

Era o que eu tinha para falar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Coronel Sandro* – Sr. Presidente e caros deputados, esta semana foi de muita tristeza para nós, da segurança pública, em decorrência do assassinato covarde do Cb. Sérgio Ricardo Silvério Cavalcanti, ocorrido em Ibitité, quando chegava a sua residência em companhia de seu filho e de sua irmã. Ele foi abordado por dois assassinos covardes que desferiram mais de dez tiros contra ele, que veio a falecer. O filho ficou ferido. Enfim, essa é a rotina daqueles profissionais da segurança pública que têm por missão proteger a vida, o patrimônio e outros bens da nossa sociedade.

Talvez, dentre as profissões, seja a do policial militar aquela de maior risco. Ele sabe que sairá para o trabalho, mas não tem a certeza de que vai voltar para a sua família. E isso aconteceu com o Cb. Sérgio Ricardo Silvério Cavalcanti, morto covardemente.

Quero externar aqui a minha solidariedade e desejar aos familiares do Cb. Silvério que tenham o conforto de Deus neste momento de dificuldade. Ao mesmo tempo, quero também deixar registrado que irei apresentar, daqui a pouco, na Comissão de Direitos Humanos, um requerimento para que seja formulado voto de congratulações com os policiais militares do 2º Batalhão de Policiamento Especializado e, em especial, com aqueles que participaram das diligências subsequentes ao assassinato covarde do Cb. Silvério e que conseguiram prender os assassinos.

Quero citar aqui, especificamente, os nomes dos militares que participaram dessa verdadeira operação policial militar. São eles: 2º-Ten. Leonardo Augusto Ferreira dos Santos Lemos, 2º-Sgt. Felipe Araújo Oliveira, 3º-Sgt. Marcelo Viana Claudino, 3º-Sgt. Edmilson César de Oliveira, Cb. Waine Leandro da Silva, Cb. Renato Couto Colen, Cb. Felipe Ernani da Silva, Cb. Ricardo José Fernandes Anselmo, Cb. Rafael Henrique Cornélio de Souza, Cb. Alexandre Felipe da Silva, Cb. Juliano Dias de Carvalho Barros, Cb. Ramon Felipe da Silva, Sd. Thiago Henrique Santos Coutinho, Sd. Douglas Ovidio Ferreira, Sd. Alex Gomes Santos Silva, Sd. Marcelo Henrique Freitas Lima, Sd. Rômulo Pedro da Rocha Silva, Sd. Marcelo Iran de Oliveira Ramos, Sd. Marcos Vinícius Assis Nunes e Sd. Mário Júnior Lemos de Oliveira. São esses os responsáveis pela prisão dos dois assassinos do Cb. Silvério, que lamentavelmente, aos 35 anos de idade, teve sua vida ceifada por bandidos, em 16/9/2019 – e um deles é menor de idade, adolescente, 17 anos. Então, é essa a nossa vida. Ficam aqui os meus elogios aos policiais militares valorosos que prenderam os bandidos. Recebam aqui o nosso certificado Excelência PM.

Hoje ainda, Sr. Presidente, irei apresentar, também na Comissão de Direitos Humanos, daqui a pouco – aliás, irei protocolar, não na Comissão de Direitos Humanos, mas na Comissão de Segurança Pública desta Casa, um requerimento solicitando que essa comissão faça uma visita aos familiares do Cb. Sérgio Silvério, que foi assassinado em 16 de setembro. Eu acho que é dever de todos nós dessa comissão ir lá, visitar e levar um conforto, que não vai trazer o cabo de volta, mas que será bom para que a sua família saiba que nós o tínhamos como um herói e que como um herói ele será reconhecido pela Comissão de Segurança Pública desta Casa.

Recentemente estive em Brasília, Sr. Presidente, onde fiz algumas visitas ao secretário de privatizações, Salim Mattar, quando tivemos uma conversa muito produtiva, em que ele me apresentou a situação em nível nacional – como está avançando o processo de privatização –, e eu disse a ele que, nesse aspecto, em Minas Gerais, ele tem um aliado, porque eu sou um defensor das privatizações ou das desestatizações – como queiram. Hoje nós temos empresas estatais, verdadeiros cabides de empregos; elas são valiosas – são valiosas –, mas não é função do Estado ficar fazendo gestão de empresa pública, que a iniciativa privada pode fazer.

E, se nós temos uma joia valiosa, e o Estado está em regime pré-falimentar, ou falimentar, como queiram alguns, não faz sentido mantermos um estado como proprietário de empresas que têm alto valor, que precisam de investimento, sendo que infelizmente não há recurso público para fazer esse investimento. O patrimônio do povo mineiro não é ser proprietário de uma empresa. O patrimônio do povo mineiro é ser proprietário do bom serviço prestado pela empresa, seja ela pública ou privada. A gente já tem um histórico de que a iniciativa privada é muito melhor nisso.

Então, aqui, em Minas, faço questão de deixar bem claro: sou a favor de privatizar tudo, tudo. E assim vou conduzir o meu trabalho aqui, nesta Casa. Na segunda-feira próxima, terei mais uma reunião com Salim Mattar para a gente conversar mais sobre esse processo de privatização que logo, logo vai estar batendo às portas desta Assembleia, com os projetos a serem enviados pelo governo.

Estive também, Sr. Presidente, com o secretário nacional de Alfabetização, Carlos Nadalim. Fiquei feliz. Pela primeira vez, depois de não sei quantos anos, temos alguém responsável pela alfabetização das nossas crianças no Brasil que não tem um pensamento de esquerda, lembrando que esse pensamento de esquerda foi o responsável pela alfabetização e pela educação do Brasil nas últimas três décadas e, diga-se de passagem, deixou a nossa educação e as nossas crianças em estado de penúria, sem saber ler, sem saber fazer uma operação matemática, só aprendendo, em sala de aula, como é o *funk* de arrebatar a bundinha, como que é que vai fazer ideologia de gênero, que menino não é menina, que menina não é menino, enfim, ficaram à mercê de uma militância política irresponsável. Isso fez com que nossas crianças, com que nossos estudantes, quando submetidos a um processo de avaliação, citando o Pisa, deixassem o nosso Brasil em último lugar ou entre os últimos lugares.

Ninguém consegue explicar. Não é que não consegue, não quer explicar. Não é o investimento que foi pouco. Muito pelo contrário. Os últimos governos que estiveram à frente da Presidência da República nos últimos quatro anos e todos os parlamentares que os defenderam vangloriam-se de que houve uma duplicação, uma triplicação no investimento da educação no Brasil, o que é verdade. Houve mesmo, só que o resultado caminhou na linha descendente. Investimento na linha ascendente, resultado na linha descendente. Então o problema não é o recurso. O problema é o método. O problema são os profissionais, não todos. Temos ótimos e grandes professores. Simplesmente a educação no Brasil foi vítima da ideologia. Com ideologia não se faz educação.

Tem de se ensinar a criança a ler, ensiná-la a fazer operações matemáticas, senão ela chegará à universidade uma analfabeta funcional. Ela entrará lá, mas não conseguirá ler um texto adequadamente, não conseguirá escrever um parágrafo inteligível. Aí, na hora de apresentar a monografia para concluir o curso de graduação, ela também não terá condição, não. Aí ela vai lá no *site* do Zé Moleza, copiará e apresentará. Zé Moleza é só um exemplo, nem sei se existe esse *site* mais. Deve haver outros aí.

Foi um alento muito grande ouvir do secretário nacional de Alfabetização que o Brasil, através da Política Nacional de Alfabetização, editada em abril deste ano, resgatou trabalhos realizados pelo Legislativo brasileiro que não agradavam a esquerda que estava no poder e, por isso, foram deixados de lado. Resgatou esses trabalhos, buscou educadores que têm outras posições em relação ao processo de alfabetização e de educação no Brasil para formular políticas diferentes daquelas que foram praticadas até hoje, porque as que foram praticadas até hoje só serviram para emburrecer nossas crianças em sala de aula. E não precisam acreditar em mim, não. Qualquer um vai lá e verifica os resultados.

O Brasil passa vergonha em qualquer processo de avaliação de seus estudantes. A gente perde para países que, com todo respeito a eles e ao seu povo, não se aproximam do Brasil sequer em 10% do que somos em termos econômicos, em termos de grandeza, em termos de visão de futuro.

Então o compromisso nosso, nesta Casa, dentre todos os problemas importantes com os quais lidamos aqui, é tratar a educação sem ideologia, para garantir resultados daqui a algum tempo, porque temos gerações perdidas, e talvez a próxima também já esteja perdida porque é um trabalho que leva um prazo de médio a longo para conseguir resultado. É um trabalho de todos nós.

A partir de agora, vamos desenvolver diversas atividades tanto na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia quanto aqui, no Plenário, e também em outros fóruns, para tentar fazer com que esse plano, ou melhor, essas políticas nacionais de educação cheguem a todos os municípios de Minas Gerais e possam ser colocadas em prática porque o nosso problema está exatamente na educação básica.

Se pegarmos todos os recursos investidos em educação, no Brasil, chegaremos a 70% para a educação de nível superior e 30% para a educação fundamental. Não é que deva ter menos para o ensino superior, mas tem que haver um volume maior de recursos para a educação básica, porque é ali que está o grande problema a ser superado. Se não fizermos isso e não mudarmos o método,

vamos continuar amargando fracassos, tal qual foi até hoje, e isso é lamentável, porque nossas lideranças futuras estarão comprometidas, o que não pode acontecer.

E assim, presidente, agradeço a possibilidade de mais uma vez me manifestar no Plenário. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – É acordo. Presidente, deputados e deputadas, quero primeiro agradecer à deputada Beatriz Cerqueira ter-me permitido fazer a troca de posições entre as falas dos oradores. Queria agradecer a V. Exa.

Sr. Presidente, é, de forma estarrecida, deputado Raul Belém, deputado Cássio Soares, deputado Bruno Engler, deputado Cleitinho Azevedo, que nós acabamos de receber a mensagem do governador Romeu Zema, a pedido do procurador-geral de justiça, abrindo crédito suplementar para o Ministério Público no valor de R\$111.000.000,00. Para você que está em casa entender, dos R\$111.000.000,00, R\$78.000.000,00 são para encargo de pessoal. Tradução: pagamento de penduricalhos, auxílios, aquele auxílio que o procurador Leonardo Azeredo dos Santos, o famoso Miserê, estava pedindo na reunião da câmara de procuradores, para que o procurador-geral usasse a criatividade. São R\$111.000.000,00 de crédito suplementar, em vez de fazer economia. Isso é um escárnio. Não podemos deixar esse projeto de lei ser aprovado aqui na Assembleia.

Queria aproveitar, Sr. Presidente, os 5 minutos que faria de uso da palavra - até porque já estou rouco - para dizer ao secretário Otto Levy, que esteve hoje na Rádio Itatiaia falando da negociação dos servidores da segurança pública, que estão há quatro anos e oito meses sem nenhum centavo de reposição da perda inflacionária, há três anos e oito meses com o salário parcelado. Ganham R\$3.500,00 líquidos e estão completamente endividados.

Queria dizer ao secretário e ao secretário Bilac Pinto que tivemos, sim, avanços quando se assegura o pagamento das perdas inflacionárias, mas tem de dizer qual será a primeira parcela, qual percentual será pago na primeira parcela e não começar a pagar daqui a um ano. Daqui a um ano os servidores estarão há cinco anos e nove meses sem receber nenhum centavo de reposição das perdas inflacionárias.

Então, faço um apelo aqui ao secretário Bilac Pinto, ao secretário Otto Levy e ao governador Romeu Zema para que providenciem uma nova reunião para retomarmos a negociação, já que os secretários disseram que as negociações e o diálogo estão abertos.

Queria, deputados Coronel Sandro e Bruno Engler, mandar uma mensagem curtinha, porque só vou ficar aqui pelo tempo de 5 minutos que pedi aqui à ilustre deputada, um recado ao governador Romeu Zema e ao secretário Bilac Pinto: eles vão precisar muito dos deputados Sargento Rodrigues, Coronel Sandro, Heli Grilo, Bruno Engler, Delegada Sheila, mas vão precisar muito para aprovar aqui o regime de recuperação fiscal. Não brinquem com o deputado com a caneta na mão fazendo obstrução no processo legislativo. Bilac Pinto, Otto Levy, governador Romeu Zema, estou há 21 anos nesta Casa, conheço bem este Regimento e sei como atrasar a aprovação de um projeto pelo menos uns seis meses.

Então, se os senhores realmente querem fazer um gesto de diálogo, de entendimento, que chamem uma nova reunião com este deputado, com os deputados Bruno Engler e Coronel Sandro, com a deputada Delegada Sheila, com o deputado Heli Grilo, com os deputados federais Subtenente Gonzaga, Junio Amaral e também Léo Motta, bem como com as associações e sindicatos. Precisamos retornar à mesa. É preciso ter mais sensibilidade humana com aqueles que estão fazendo a segurança da população e gerando receita, porque segurança traz investimento, emprego e renda.

Concedo aparte ao ilustre colega, de forma muito abreviada, deputado Coronel Sandro.

O deputado Coronel Sandro* (em aparte) – Serei rápido, preciso como um arqueiro zen.

V. Exa. já disse tudo. Esta Casa não tem condições nenhuma de apreciar qualquer pedido de verba suplementar antes de resolver o problema da segurança pública.

Reitero o seu pedido ao secretário. Vamos nos reunir novamente. É possível avançar mais, porque estamos dispostos ao diálogo. O Estado sem uma segurança pública adequada, sem que seus profissionais estejam bem, não anda bem, deputado Sargento Rodrigues.

Então, sem luta não há conquista, como sempre dissemos. Nesse momento V. Exa. já disse tudo, sem entrar no mérito das necessidades do Ministério Público ou Judiciário. Não é isso. V. Exa. já falou: não temos como apreciar isso aqui sem antes resolvermos a questão da segurança pública e da recomposição das nossas perdas, que é fundamental. Obrigado pelo aparte.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, deputado Coronel Sandro. Vamos conversar com os membros da Comissão de Constituição e Justiça, com o presidente Dalmo, com os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, mas, acima de tudo, com o presidente Agostinho Patrus. Não há a mínima condição de aprovar uma suplementação orçamentária da ordem de R\$111.000.000,00 para o Ministério Público, antes de resolver o problema dos servidores da segurança pública. E esse compromisso, Coronel Sandro, temos com a nossa classe e vamos mostrar que realmente viemos aqui para fazer diferença e mostrar que temos condições de obstruir a pauta enquanto o governo não sentar e negociar com os representantes da segurança pública. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Boa tarde, presidente, colegas parlamentares, imprensa que nos acompanha, pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia, trago um debate importantíssimo que fizemos nacionalmente com os presidentes das comissões de educação das assembleias legislativas de todo o País. No último final de semana nós nos reunimos em Cuiabá, discutimos questões relacionadas à educação e aprovamos uma carta que quero apresentar aqui aos colegas parlamentares. Mas antes de fazer a leitura da carta, é preciso lembrar ao governador do Estado e a toda a sua equipe que nós temos o piso salarial profissional nacional, oriundo da Lei nº 11.738, que hoje está na Constituição do Estado, e nesse momento o governador de Minas Gerais não a cumpre. Hoje, o vencimento bruto básico de uma professora com nível superior de escolaridade e licenciatura plena é de R\$1.982,54. Eu quero lembrar, deputada Andréia, que as professoras não recebem, na sua ampla maioria, nenhum auxílio-transporte, não há nenhuma complementação de renda, não há nenhum outro benefício, até porque o choque de gestão, feito no período do governo do PSDB, nos retirou o direito de perceber quinquênios, biênios, trintenários e demais gratificações. Nós somos a única categoria do funcionalismo público que não tem, além do vencimento básico, outros benefícios. Tínhamos a gratificação de regência, tínhamos a gratificação de pós-graduação, tínhamos o auxílio-transporte, e tudo isso foi somado na política do subsídio, de que nós conseguimos sair em 2015. Mas esse período de retirada de direitos nós não recuperamos totalmente. Muitas professoras se aposentam com o salário do início da carreira exatamente por essa política.

O governador ainda não apresentou nenhuma proposta em relação ao cumprimento da Constituição do Estado, ao pagamento do piso salarial profissional nacional, que, de acordo com a Constituição Mineira, é para a jornada de 24 horas. Estou falando de salário bruto, que deveria ser de R\$2.557,00. Um País que tem um piso salarial de R\$2.557,00 para professora também está com problemas, porque não é verdade que o problema não é recurso. É recurso sim! Enquanto você tem um País que pega 40% do seu orçamento para pagar a dívida pública, pagar os juros da dívida pública... E nós lutamos há muito tempo pelo investimento de 10% do Produto Interno Bruto, ou seja, da produção de riqueza, em educação, e o Brasil não conseguiu sair dos 5%, 6%? O problema é dinheiro sim! O problema é dinheiro sim! Vá fazer discussão numa escola estadual que não consegue ofertar as mínimas condições de funcionamento aos seus profissionais e aos alunos! Vá à Escola Santos Dumont para ver como os meninos não enxergam o quadro e tiram foto dele para copiar no caderno! É dinheiro sim! A diminuição de recursos que tem ocorrido na educação é para custear outras políticas, porque a nossa diferença é que temos recursos vinculados, temos 25% que precisam ser investidos na educação e, vale lembrar, o governo Zema não tem feito esse investimento.

Então, não é possível terminar 2019 sem que o governo apresente propostas concretas para a incorporação do abono de R\$153,00, o que ainda não aconteceu, para se chegar ao piso salarial profissional nacional.

Ignorar a Constituição não fará com que ela desapareça. Então trago aqui a lembrança da luta que é necessária, que inclusive será feita nesta Casa, pelo tempo que for necessário, pelo reconhecimento e pagamento do piso salarial profissional nacional. Ignorá-lo, achar que ele não existe, não ler a Constituição, não fará com que o piso desapareça, porque nós estaremos aqui para fazer a lembrança, diuturnamente, dessa questão.

A segunda questão é exatamente sobre a carta do II Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Educação das Assembleias Legislativas. Eu compartilho com os colegas parlamentares o resultado dos debates políticos e dos compromissos firmados pelas comissões de Educação das assembleias legislativas que estiveram, no último final de semana, sexta e sábado, em debates. Fomos muito bem acolhidos pela Assembleia Legislativa do Mato Grosso, na cidade de Cuiabá.

Quanto aos compromissos firmados e destacados, durante esse encontro, nós tivemos a apresentação da PEC nº15/2015, que se relaciona ao novo Fundeb. Esse é um assunto de todos os municípios, porque nós temos um fundo de manutenção que tem prazo de validade, que é até o próximo ano. Tivemos a oportunidade de ter acesso à minuta da deputada federal Professora Dorinha para avançarmos nas discussões nacionais em relação à votação da PEC sobre o Fundeb, o que muito será importante para Minas Gerais. Seria muito importante que o governo do Estado também se empenhasse nessa discussão em relação ao novo Fundeb, que tramita com duas PECs, uma na Câmara dos Deputados e a outra no Senado Federal.

Além disso, há a importância de que qualquer reforma tributária, presidente, feita nacionalmente, não desvincule recursos da educação. É preciso que façamos a proteção do orçamento público vinculado para a educação. Momentos que desvinculam recursos da educação são momentos próprios de ditadura militar, são momentos próprios de ruptura democrática. Toda vez que nós não tínhamos um Estado Democrático de Direito, a primeira coisa que os autoritários de plantão faziam era a desvinculação de recursos, seja na área da educação, seja na área da saúde. E me permitam um parêntese: por que a vinculação é importante? Educação é política geracional e não vai ser resolvida em quatro anos, em dois anos. Você precisa de um processo permanente e de longo prazo para superar os problemas das desigualdades e melhorar os indicadores relacionados à educação. É por isso que há um Plano Nacional de Educação, e é por isso que há um Plano Estadual de Educação. E me permitam a observação: antes de a gente dar palpite sobre a educação, além de conhecer a realidade da sala de aula, valeria a pena também ler o Plano Estadual e o Plano Nacional de Educação, porque isso não zera não, gente. Um governo não começa com um cheque em branco para fazer tudo o que quiser, nem daqui a quatro anos outro governo começa do zero para fazer tudo o que quiser. O Zema não está começando do zero. O Zema está começando... Além de ter a Constituição, além de ter toda a legislação, há o Plano Estadual de Educação que ele tem que cumprir. Ali estão estabelecidas metas e diretrizes, e ele terá que prestar contas, inclusive à Assembleia Legislativa porque ela é uma daquelas que fazem o monitoramento. Então, discussão de orçamento na educação é uma discussão geracional e que sempre é interrompida quando a gente tem rupturas democráticas ou governos autoritários no nosso país.

Há a questão ainda sobre o Fundeb. Na contramão de algumas discussões que são feitas, há a necessidade de defender e de destinar 75% dos recursos do Fundeb para a remuneração dos profissionais da educação. Isso faz diferença, sim. Faz diferença ter uma boa remuneração, faz diferença receber pelo seu mestrado no início da carreira e não depois de 30 anos de sala de aula, faz diferença o reconhecimento da formação profissional e o seu investimento. Isso se relaciona, então, a essa importante política de valorização.

É posicionamento, ainda, das Comissões de Educação reunidas em Cuiabá: “Assegurar o incremento real do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério e regular a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional dos Demais Profissionais da Educação.

Aqui a gente dialoga com as demais carreiras – no caso de Minas Gerais, são mais sete carreiras, que não são de professores, mas que são essenciais e compõem o plano de carreira único da educação. Ainda, colocamos como posicionamento político desse encontro a revogação da Emenda Constitucional nº 95, porque essa emenda constitucional fará com que, por 20 anos, nós não ampliemos os investimentos em educação nem em saúde nem em segurança pública. Então, é necessário que a gente a revogue – eu usaria a palavra “destruir”, porque é a palavra mais adequada diante de uma política aprovada no Congresso, na legislatura passada, para inviabilizar as políticas públicas na área da educação.

Ainda, como compromissos da carta das comissões de educação das assembleias legislativas – vou ler integralmente: (– Lê:) “Defendemos intransigentemente a vinculação constitucional dos recursos públicos à educação, impedindo qualquer retração frente aos atuais patamares e incorporando novas vinculações com vistas ao cumprimento dos princípios e objetivos da educação nacional e dos planos nacional, estaduais e municipais de educação.

Chamamos a atenção também para a necessidade, já prevista em lei, do monitoramento dos planos estaduais de educação e reivindicamos a urgência na implantação das referidas comissões de acompanhamento das metas respectivas.

Igualmente chamamos a atenção, ainda, para a compatibilização dos orçamentos estaduais com o alcance das metas apontadas nos planos decenais.

Difundiremos e incentivaremos a aprovação de moções de apoio ao novo Fundeb entre nossos pares nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais”. É necessária uma forte articulação dos municípios para a tramitação de uma PEC sobre o Fundeb que atenda as necessidades também dos municípios.

Também nos posicionamos sobre a necessidade em relação à tramitação da reforma da Previdência, através da PEC nº 06/2019, “a necessidade de alterar seu conteúdo para manter as atuais regras de aposentadoria especial para os profissionais do magistério da educação básica”. Nós temos redução em relação às demais aposentadorias não por um privilégio, mas pelo desgaste da profissão. Várias profissões acumulam desgastes, e um final de semana, um período de recesso ou férias não recompõem a saúde desses profissionais. A professora é desses profissionais que precisam ter a redução da sua aposentadoria em relação aos demais profissionais pelo desgaste da sua profissão.

Igualmente “repudiamos a retração nos orçamentos correntes das universidades e institutos federais, da Capes, do CNPq, da Universidade Aberta do Brasil e do Inep e exigimos seu imediato descontingenciamento.

De igual maneira, repudiamos os cortes anunciados para o orçamento de 2020 para a educação superior, profissional e tecnológica, ao tempo em que nos comprometemos com a mobilização das bancadas de deputados e deputadas federais, visando reconstituir as propostas orçamentárias” para garantir a autonomia universitária prevista na Constituição.

Esses foram alguns dos compromissos que nós discutimos nesse encontro dos presidentes das comissões de educação. Mas me chamou a atenção o debate sobre a alfabetização. Sou professora alfabetizadora, presidente. Completo este ano 23 anos de magistério, e quase toda a minha experiência em sala de aula é com alfabetização de crianças, jovens e adultos. Quem fala que a alfabetização foi ideologizada não conhece a sala de aula. A diferença é que nós paramos de alfabetizar as crianças com “Eva viu a uva”, porque muitas crianças não comem uva; a diferença é que nós paramos de alfabetizar com “menino que vai para a lua”, porque nem todas as crianças têm condições de debater a lua, porque ela está distante da realidade delas. Então, sabe como nós alfabetizamos? A partir da vida concreta dessas crianças, do local, da comunidade em que elas estão inseridas, da sua vida concreta. É uma experiência belíssima alfabetizar uma criança pelo seu nome - quando ela vai conhecer o alfabeto, o alfabeto é pelo nome dos seus colegas de sala.

Então, a gente precisa conhecer mais a educação antes de falar daquilo que não é real, porque essa é a grande diferença ensinada por Paulo Freire.

A gente faz educação a partir da vida concreta das crianças e adolescentes. Não da uva, não do caqui, não do morango, que podem não estar na mesa dessas crianças todos os dias. Mas, quando ela lê o mundo e quando ela consegue interpretá-lo, aí me parece que ela tem sido muito perigosa para muitas pessoas.

É por isso, inclusive, presidente, que tanta gente tem medo de Paulo Freire, porque a gente aprende na escola a interpretar o mundo. E para muita gente a interpretação do mundo é um perigo, porque o sistema precisa continuar como está. E a capacidade de pensamento crítico é um problema, porque a gente começa a questionar o sistema.

Então, vamos conhecer um pouquinho da realidade, inclusive sobre como é alfabetizar, antes de a gente dizer daquilo que não acontece no cotidiano da sala de aula. Obrigada, presidente.

O presidente – Muito bem. Obrigado, Profa. Beatriz Cerqueira. Queria informar à senhora, como presidente da Comissão de Educação, que nós temos também um assunto importante para tratar na comissão, que é a ocupação que está acontecendo na Uemg, em Ituiutaba. Neste momento, a Uemg está ocupada. Alguns requerimentos nós vamos apresentar na sua comissão e vamos pedir a sua força e a sua liderança para estar junto nessa luta. Discutir essa situação da Uemg, em Ituiutaba. Obrigado.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Raul Belém* – Sr. Presidente, colegas deputadas, colegas deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, servidores da Casa. É rapidinho, presidente, dará para falar nesses 4 minutos. É em relação a um programa do governo do Estado que estará sendo lançado no próximo dia 25, na cidade de Araguari. O governador Romeu Zema estará em Araguari fazendo o lançamento desse programa, que é o Diálogos com o Produtor Rural. Eu tenho muita satisfação em receber esse programa em Araguari, porque, desde o início do nosso trabalho na Assembleia, nós reparamos na necessidade de o produtor rural ter informações precisas para que exerça, da melhor maneira, da maneira mais plena, a sua atividade. E essa é uma parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e com a Secretaria de Agricultura.

Então nós, através desse programa, que ocorrerá uma vez por mês, no Estado todo, poderemos tirar dúvidas, prestar informações, através dos órgãos estaduais, ao produtor rural. A Secretaria de Meio Ambiente hoje, em vez de ficar apenas multando, apenas cobrando infrações ao produtor rural e, muitas vezes, caras colegas e caros colegas deputados, injustamente... Porque, em Minas Gerais, posso dizer que o produtor rural é um dos maiores colaboradores do meio ambiente. É o contrário. A gente sabe que acontecem alguns exageros em outras localidades no Brasil, mas eu posso afirmar que o produtor rural mineiro tem plena consciência de preservação do meio ambiente. Então, que a Secretaria de Meio Ambiente possa fazer um trabalho mais pedagógico, mais orientativo, porque todo mundo quer andar de forma correta, todo mundo quer trabalhar dentro daquilo que é legal. O produtor quer a sua outorga de água para fazer a sua irrigação de forma legal. Mas o que nós percebemos é uma demora extrema, às vezes por falta de informação, às vezes por falta desse diálogo lá na ponta com o produtor rural, que é exatamente ao que visa esse programa.

Então, quero aproveitar a oportunidade e convidar todos os deputados que puderem a estar em Araguari a partir das 9 horas, nesse próximo dia 25, quarta-feira. Quero convidar também os prefeitos e prefeitas de todo o Estado de Minas Gerais, as lideranças políticas, os sindicatos rurais a estar lá. É o primeiro que acontecerá, de muitos, tenho certeza. E nós queremos andar por toda Minas Gerais divulgando e levando esse programa Diálogos com o Produtor Rural, com a Secretaria de Meio Ambiente e com a Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais. Está feito o convite. E quero parabenizar o governo do Estado - o secretário Germano, a secretária Ana Valentini e o governador Romeu Zema - por ter feito esse programa que certamente contribuirá muito para o produtor rural do nosso estado, que sabemos que hoje tem contribuído não só em Minas, mas no Brasil, deputado Bruno Engler, de uma forma grandiosa para o desenvolvimento econômico do nosso país. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 23/9/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Lidiana Rodrigues Braziolli, padrão VL-19, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 56/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 142/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 7/10/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a fornecimento de baterias para *nobreak*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATA****ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/9/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/9/2019, na pág. 22, onde se lê:

“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.938/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a adoção de medidas para a retomada do crescimento econômico no Estado;

nº 3.961/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater o teor da Portaria nº 33, de 2018, publicada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais com fundamento na Lei nº 22.839, de 2018, que dispõe sobre a prática de atividades da área de competência de bombeiros militares por voluntários, profissionais e instituições civis;

nº 3.981/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a adoção de medidas para fomentar a mineração de calcário em municípios como Pains, Arcos e Córrego Fundo, buscando assegurar o desenvolvimento econômico e a promoção de emprego nessas regiões;

Nº 3.992/2019, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a nova perspectiva do Vetor Norte em virtude da ampliação dos voos do Aeroporto de Confins decorrente da operação da Azul de ampliação de destinos domésticos e internacionais;

Nº 4.158/2019, dos deputados Fábio Avelar de Oliveira, Thiago Cota e Virgílio Guimarães, em que requerem sejam enviados à Mesa desta Casa os temas priorizados pela Comissão de Desenvolvimento Econômico para as reuniões de prestação de informações sobre a gestão do secretário de Estado de Planejamento e Gestão relativa ao 2º quadrimestre de 2019;”, leia-se:

“Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.938, 3.961, 3.981 e 3.992/2019. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 4.158/2019, dos deputados Fábio Avelar de Oliveira, Thiago Cota e Virgílio Guimarães, em que requerem sejam enviados à Mesa desta Casa os temas priorizados pela Comissão de Desenvolvimento Econômico para as reuniões de prestação de informações sobre a gestão do secretário de Estado de Planejamento e Gestão relativa ao 2º quadrimestre de 2019.”.